

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO
DA 21ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO**

215
J. Conclusions.
SP, 21. XI. 2006
Felicja Jacob Valente
Juíza de Direito

**PROCESSO Nº 583.00.2006.225286-4
PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**

**NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E
COORDENAÇÃO DO PONTO BR-NIC.br**, já qualificado, através de seus advogados e bastantes procuradores, que a presente subscrevem, nos autos da **AÇÃO CONDENATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA c.c. INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS** em face de **RONALDO CARDONETTI, JAN STRUIVING e JORNAL FOLHA DE BACACHERI**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o quanto segue.

O NIC.br ingressou com a presente ação, requerente a concessão da antecipação de tutela, para determinar aos réus JAN STRUIVING e RONALDO CARDONETTI que cessem, de imediato, qualquer forma de divulgação seja na internet ou qualquer outro meio, das difamatórias afirmações assacadas contra o NIC.br contidas nos sites "interjuris.com.br" e "abusando.org", tendo em vista que a idoneidade do NIC.br é abalada com a proliferação dessas difamações.

236

Esse pedido de antecipação de tutela foi momentaneamente indeferido pela Douta Magistrada nos seguintes termos:

“Por ora, não se evidencia a existência de dano irreparável ou de difícil reparação, razão pela qual indefiro a antecipação dos efeitos da tutela, sem prejuízo de eventual análise após o estabelecimento do contraditório.”

Acontece, porém que em 15 de novembro de 2006, o NIC.br e mais de 100 (cem) pessoas/entidades receberam e-mail assinado pelo réu JAN STRUIVING proliferando as difamações objeto dessa ação, conforme comprova cópia do e-mail anexo (doc. 01).

Essas difamações foram enviadas para representantes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, da Previdência Social, da Prefeitura do Rio de Janeiro, da Presidência da República, do Ministério Público Federal, Órgãos de Defesa do Consumidor, empresas televisivas e editoriais e usuários do sistema de registro brasileiro.

A propagação dessas afirmações denigre a imagem do NIC.br, uma vez que todos aqueles que a recebem ou tomam conhecimento de seu conteúdo acabam por suspeitar da idoneidade desta associação.

Além disso, no citado e-mail o seu remetente solicita àqueles que receberam a mensagem que a repassem a terceiros, senão vejamos:

“OAS AMIGOS (+/- UNS 100) QUE LEÊM POR CÓPIA OCULTA, SOLICITO QUE REPASSEM ESTE E-MAIL AO MAIOR NÚMERO DE PESSOAS POSSÍVEIS. E ME COPIEM POIS SE CASO EU RECEBER ALGUMA RESPOSTA MANDAREI A TODOS!!!!”

CJA
-17

A propagação dessas insanas afirmações denigre a imagem do NIC.br, uma vez que todos aqueles que a recebem ou tomam conhecimento de seu conteúdo acabam por suspeitar da idoneidade do autor, causando-lhe gravíssima lesão em âmbito mundial, fato este que poderá resultar, inclusive, em prejuízo aos serviços da Internet do Brasil junto à comunidade internacional. Tudo isso produzido por tresloucado ato dos réus.

O estrago que essas mensagens e todas as levianas afirmações divulgadas pelos réus causam ao autor danos imensuráveis e de difícil, para não se dizer impossível, reparação.

A cada mensagem propagada pelos réus cada vez mais pessoas terão conhecimento das difamatórias afirmações assacadas contra NIC.br, o agravante, o que levará sua idoneidade e confiabilidade a se tornarem irremediavelmente maculadas, não apenas no Brasil, mas, como já ressaltado, em âmbito mundial, daí, esvaindo seu impecável conceito internacionalmente reconhecido.

A repercussão advinda dos desoportunos ataques desferidos pelos réus contra o autor, demonstram de modo inequívoco que o autor já está sofrendo danos mais que de difícil reparação, irreparáveis, daí, plenamente justificada a concessão da tutela antecipada.

Ademais, o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação ostenta-se no *periculum in mora* previsto no art. 273, I, do Código de Processo Civil, que se encontra presente nos fatos apresentados pelo autor. Eis que para uma entidade, seja pública ou privada, ser vítima de difamatórias afirmações propagadas a cada dia em âmbito nacional e internacional só lhe causa prejuízos que talvez jamais possam ser reparados. Este é, sem dúvida, o caso que se configura nesta demanda.

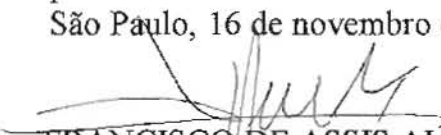
Sem que se ponha, de imediato, um fim a esses atos difamatórios insistentemente praticados pelos réus, estes se mantêm difamando a idoneidade do autor, fazendo com que os usuários do sistema de registro brasileiro descreditem na confiabilidade construída e nos serviços por ele prestados, os quais, por sinal, são reconhecidos como um dos melhores do mundo.

Diante desses fatos novos, requer o NIC.br a reconsideração da decisão que indeferiu a antecipação de tutela, para o fim de, face ao que aqui se expõe e pelo mais que consta da inicial constante dos autos, digno-se Vossa Excelência reconsiderar o r. despacho que

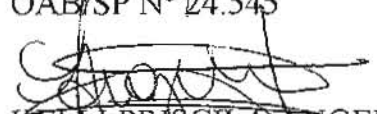
258
27

indeferiu a tutela antecipada e, por justiça, deferi-la na forma requerida anteriormente e ratificada neste momento, de modo a fazer com os réus os réus sejam obrigados a cessar qualquer forma de divulgação das difamações referidas nos autos.

Termos em que,
pede deferimento.
São Paulo, 16 de novembro de 2006.



FRANCISCO DE ASSIS ALVES
OAB/SP Nº 24.545



KELLI PRISCILA ANGELINI
OAB/SP Nº 193.817